

# A agricultura na pré-história da economia: os fisiocratas<sup>1</sup>

César Roberto Leite da Silva <sup>2</sup>

## 1. Um ponto de partida

Na segunda metade do século XVIII surgiu na França um grupo de pensadores que se autodenominaram *Les Economistes*<sup>3</sup>. Os historiadores do pensamento econômico se referem a eles como os fisiocratas, reconhecendo a importância econômica que atribuíam à natureza.<sup>4</sup> Os principais integrantes desse grupo de pensadores, na opinião de GALBRAITH (1987), compartilhada por muitos economistas ilustres, foram: François Quesnay (1694-1774), médico famoso que atendia Madame Pompadour e Luís XV; Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), filho de um próspero comerciante que exerceu importantes cargos públicos, como *intendant* de Limoges, e posteriormente tesoureiro e ministro das finanças de Luís XVI; Pierre Samuel Du Pont de Nemours (1739-1817), escritor que editava um periódico sobre agricultura, e responsável pela reunião e publicação de alguns textos de Quesnay com o título *La Physiocratie*. Coube-lhe a honra de batizar o movimento. Todavia, é na principal obra do primeiro, *Tableau Économique des Physiocrates*, que estão os fundamentos do pensamento fisiocrático e suas principais contribuições para a evolução da ciência econômica<sup>5</sup>.

Examinando as idéias dos fisiocratas à luz de sua época, elas já poderiam parecer anacrônicas, defendendo a superioridade da produção agrícola relativamente à atividade manufatureira, num mundo cujos processos de produção estavam em transformação. Todavia, a situação econômica da França era bastante diferente das condições observadas na Inglaterra, tradicional adversário francês. Nesse país o capitalismo manufateiro se difundia rapidamente e a agricultura adotara novos métodos de cultivo, com sensíveis ganhos de produtividade, (BEAUD, 1981). Além disso, como observa GALBRAITH (1987), o governo francês, a começar por Luís XIV, subjugara o poder dos senhores feudais sem ceder completamente aos interesses do mercantilismo. A corte, que gravitava em torno do rei e influenciava fortemente a política, era formada pela aristocracia proprietária de terras, e detentora de um poder muito maior que seus pares da Inglaterra, Holanda e Itália.

BLAUG (1962) apresenta uma síntese eficiente do significado da fisiocracia a partir do ambiente político e histórico francês. Recorrendo a Adam Smith, que conheceu pessoalmente os principais fisiocratas, e estudou sua obra, observa que a fisiocracia surgiu como uma reação ao colbertismo<sup>6</sup>, que conheceu seu auge durante o reinado de Luís XIV, o Rei Sol. Extremamente protecionista, fiel portanto à doutrina mercantilista, estimulou a indústria e descuidou-se da agricultura. Para financiar as guerras e o fausto da corte, impunha uma pesada carga tributária. Quando Luís XV assumiu o reino, após a morte de Luís XIV, a situação da agricultura francesa já era de penúria. O novo monarca não se sensibilizou pela crise interna. Entrou em guerra contra a Inglaterra (a Guerra dos Sete Anos). Derrotada, a França perdeu as colônias orientais e o Canadá, sendo reduzida a uma potência de segunda classe na Europa.

O ambiente, portanto, estava propício a uma volta à natureza. Nesse contexto as idéias dos fisiocratas prosperaram, pois além de enfatizar a produção da agricultura como única fonte de riqueza de uma nação, propunham a eliminação das barreiras alfandegárias, a aplicação de um imposto único sobre a renda e uma reforma agrária que agrupasse as pequenas propriedades exploradas com métodos arcaicos em imóveis maiores e mais produtivos, cultivados com técnicas modernas, à semelhança do que havia ocorrido na Inglaterra.

### 1.1. As contribuições dos fisiocratas

A carreira da fisiocracia na história das idéias econômicas foi, num certo sentido, singular. MARX (1910:26), em sua alentada revisão do pensamento econômico<sup>7</sup>, reabilitou a fisiocracia, como fica claro nessa entusiasmada passagem: *Cabe aos fisiocratas a honra de*

*haver analisado o capital na sociedade moderna. Isto lhes dá o direito de considerar-se como os verdadeiros fundadores da moderna economia. Foram os primeiros que analisaram os diversos elementos materiais em que o capital existe e se manifesta durante o processo de trabalho. Credita-lhes, em especial, a percepção do fato de que o único trabalho produtivo é o que cria um excedente, ou mais-valia, nos seus termos, o que significa que agrega mais valor durante o processo produtivo do que consome. Certamente nada mais distante da obra fisiocrata do que uma teoria do valor, ainda mais sofisticada, como a do economista alemão. Não obstante a ingenuidade de alguns pressupostos dos fisiocratas, entre os quais o de que somente a terra pode criar um excedente, reconhece-se que algumas de suas idéias, mesmo expostas de maneira muito simples, foram precursoras ou incorporadas pela teoria econômica.*

SCHUMPETER (1954:217), por sua vez, ao sintetizar, em seu estilo peculiar, a trajetória da escola francesa, deixa entrever uma certo julgamento: *A fisiocracia não existia em 1750. Entre 1760 e 1770 toda Paris, mais ainda, Versailles falava dela. Em 1780 quase todos (exceto os economistas profissionais), a haviam esquecido.* A fragilidade dos argumentos econômicos dos fisiocratas, quando comparados com os robustos sistemas elaborados por Smith e Ricardo, por exemplo, ajudam a compreender esse esquecimento. Mesmo assim, o pensador exigente e extremamente crítico, que é Schumpeter, atribui aos fisiocratas a prioridade na explicitação de alguns princípios que foram muito úteis na construção da teoria econômica, como: a regra da maximização, que garante a Quesnay um lugar de destaque dentro da filosofia social utilitarista; a doutrina da superioridade da competição perfeita no que tange a aumentar a satisfação; a percepção da circularidade e interdependência dos fatos econômicos; e sua teoria do capital, visto como uma série de adiantamentos.

DUMONT (1977) chama atenção para o curioso conflito entre o homem Quesnay e sua obra. Embora ligado à nobreza francesa e francamente simpatizante do poder real, sua visão do sistema econômico é moderna, no sentido histórico. Preocupado com a eficiência do sistema econômico, argumenta que a terra, importante fonte de renda e de poder político na sociedade francesa, também deve ser vista também como um valioso meio de produzir riqueza, que beneficia todas as classes - um *insight* do conceito de fator de produção. CAMPOS (1983:250) acrescenta que: *O Quadro Econômico é um distante e rudimentar precursor da análise do equilíbrio geral - que constitui, aliás, uma tradição latina desenvolvida por Walras e Pareto, de vez que a tradição britânica, quase até o nascimento da macroeconomia keynesiana, versou muito mais sobre a distribuição e o equilíbrio parcial.* Outra contribuição, aparentemente óbvia, mas sujeita a qualificações, é a de que o Quadro econômico seria um ancestral da matriz insumo-produto, de Leontief. Seguramente a idéia da interdependência das ações econômicas foi ratificada e formalizada nos esquemas de insumo-produto, que serviram de modelo para reinterpretações da obra de Quesnay, como o fizeram, por exemplo, PHILLIPS (1955) e BLAUG (1962). KUNTZ (1982:69) acredita que a obra dos fisiocratas é sobretudo uma teoria do desenvolvimento. Argumenta que o estado estacionário, situação de máxima prosperidade retratada no Quadro Econômico: *deve servir como ponto de referência para tais movimentos, como objetivo a ser conquistado, mantido ou recuperado.*

## 1.2. Economia clássica ou pré-história da economia ?

Quase todos que se detiveram em estudar a história do pensamento econômico estabelecem uma divisão inicial clara em sua periodização - antes e depois da economia clássica - assumindo que neste período houve o amadurecimento e refinamento necessário para que a disciplina pudesse ser considerada ciência. Definir claramente a economia clássica, entretanto, não é muito simples.

BLAUG (1987) admite que há uma convenção entre os historiadores do pensamento econômico que situa a economia clássica entre 1750 e 1870, período no qual um grupo de economistas predominantemente britânicos estudaram a produção, distribuição e troca de mercadorias numa economia capitalista a partir da obra da Riqueza das nações, de Adam Smith

<sup>9</sup>. Argumenta, todavia, que a economia clássica, antes de ser caracterizada pelas obras significativas que surgiram num determinado período, agrega os autores que compartilharam de uma abordagem definida dos problemas econômicos. Para SCHUMPETER (1954:345) o período clássico está compreendido entre os *anos noventa do século XVIII até o final dos anos setenta do século XIX*. MARX (1867) considera que a economia clássica teve sua origem com Petty, no século XVII, e encerrou-se com Ricardo <sup>10</sup>. Já KEYNES (1936) engloba entre os clássicos todos os economistas compreendidos entre Ricardo e Pigou <sup>11</sup>.

Considerando a periodização acima, apenas Marx incluiria os fisiocratas entre os chamados economistas clássicos. Schumpeter, por exemplo, situa os fisiocratas no período pré-clássico, num grupo de pensadores que tinham em comum participar da administração pública, denominado-os de os primeiros econometristas, na medida em que tinham um *espírito de análise numérico* SCHUMPETER (1954:201)..

A despeito de fazer parte ou não da economia clássica, o trabalho dos fisiocratas é uma referência inicial obrigatória para os que pretendem situar analiticamente a agricultura numa economia capitalista, a partir das diferentes teorias econômicas. Este é o objetivo desse texto, que, para fins estritamente formais, coloca a contribuição fisiocrata na pré-história da economia. Após essa introdução o Quadro Econômico de Quesnay é apresentado em seus termos, ou seja, procura-se traduzir da melhor forma possível a intenção de seu autor. No item seguinte as transações econômicas do Quadro são adaptadas à uma matriz do tipo insumo-produto, possibilitando alguma discussão a respeito das especificidades de alguns conceitos cruciais dos fisiocratas. Alguns comentários encerram o artigo.

## 2. O Quadro Econômico

A exposição do Quadro econômico esta baseada em alguns pressupostos que dizem respeito às condições de produção e à organização da sociedade. KUNTZ (1982) classifica-os em técnicos e institucionais. Os primeiros são:

- a. um grande reino, com área de 130 milhões de *arpents* <sup>12</sup>, e uma população de 30 milhões de pessoas. A superfície da França correspondia a esse número, mas o mesmo não se pode falar da população, que Quesnay estimou em 15,5 milhões;
- b. toda área agricultável é explorada com a melhor técnica disponível, o que implica exploração capitalista do campo, com empreendedores rurais, arrendatários, de um lado, e trabalhadores assalariados do outro <sup>13</sup>;
- c. a agricultura produz 5 bilhões todos os anos.

Quanto aos pressupostos institucionais:

- d. a economia é aberta e opera em livre concorrência, de tal sorte que os preços domésticos são formados com base nos preços internacionais;
- e. há total segurança do capital agrícola, propriedade do arrendatário.

Esses cinco pressupostos asseguram que o país produza, ano após ano, aproximadamente o mesmo produto. Eventuais discrepâncias de maior significado seriam devidas a fenômenos climáticos ou por guerras, por exemplo.

A sociedade estaria dividida em classes: a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe estéril. Por classe produtiva entende todos os cidadãos que trabalham na agricultura, trabalhadores ou arrendatários, assim denominada porque trabalha na única atividade que, segundo os fisiocratas, é capaz de gerar um produto líquido, ou excedente, aqui entendido como a diferença entre o que é produzido e o que é consumido no próprio setor. Nas palavras de Quesnay: *A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação* (destaque original). QUESNAY (1758:257).

Da classe dos proprietários fazem parte os proprietários das terras, o soberano e sua corte, funcionários públicos e a igreja. Não desenvolvem qualquer atividade produtiva, mas têm direito às *rendas* geradas na agricultura, sob forma de dízimos, impostos e renda propriamente dita.

Todos aqueles que trabalham fora a agricultura pertencem à classe estéril. Grosso modo, compreende os que executam atividades urbanas e manufaturas. A idéia de que as atividades manufatureiras possam ser consideradas estéreis causa, de imediato, estranheza. A série de mal-entendidos que cercou essa denominação gerou muita indignação.<sup>14</sup> Todavia, procurando entender o que os fisiocratas queriam dizer, em seus termos, percebe-se que estéril não quer dizer inútil, mas sim incapaz de produzir um excedente, um produto líquido.

Quesnay supõe que a *reprodução* anual é da ordem de 5 bilhões, medida a preços constantes, graças ao livre comércio entre as nações. Esse produto é obtido, em parte, graças aos adiantamentos feitos pelas três classes na agricultura. Num primeiro grupo estão os adiantamentos *fundiários*, que não aparecem explicitamente no Quadro, mas Quesnay insiste serem de responsabilidade dos proprietários e do Estado. São os gastos feitos em obras de infra-estrutura que favoreçam a produção e o comércio de produtos agrícolas, como estradas, pontes, etc. Os adiantamentos *primitivos* são feitos pelos agricultores no capital fixo necessário às suas atividades. Seu valor é de 10 bilhões, amortizáveis à taxa de 10% ao ano. Por fim, os adiantamentos anuais, que são as despesas correntes decorrentes da produção agrícola: sementes, salários, etc. Obviamente estão a cargo dos arrendatários, e são da ordem de 2 bilhões.

Há ainda 1 bilhão de adiantamentos feitos pela classe estéril, gasto necessário para a produção de manufaturas. Todavia, analiticamente essa despesa não tem maior significado dentro do funcionamento desse sistema econômico, pois está subordinada aos gastos das classes produtiva e proprietária com produtos manufaturados, com será visto a seguir.

As três classes, suas riquezas e relações são sumariadas no seguinte quadro:

**Quadro 1. - As classes , suas riquezas e seu comércio anuais**

Classe <i>produtiva</i> Adiantamentos	Classe <i>dos proprietários</i> Renda	Classe <i>estéril</i> Adiantamentos
<i>anuais</i> desta classe no montante de 2 bilhões que produziram 5 bilhões, dos quais 2 bilhões em <i>produto líquido</i> ou <i>renda</i> .	de 2 bilhões para esta classe; destes, 1 bilhão é despendido em compras à classe produtiva e o outro bilhão em compras à classe <i>estéril</i>	desta classe na soma de 1 bilhão, despendido pela classe <i>estéril</i> em compras de matérias-primas à classe <i>produtiva</i>

Fonte: QUESNAY(1983:258)

De início chama a atenção o fato de que a única classe que percebe renda é a dos proprietários: 2 bilhões. Essa renda é paga pelos arrendatários, pela agricultura, portanto. O destino que os proprietários darão a essa renda é a chave da visão dos fisiocratas do perfeito

funcionamento dessa economia. Não deixa de ser irônico que esteja nas mãos de uma classe que rigorosamente nada produz, e que justifica sua participação no produto pela instituição da propriedade da terra, as decisões cruciais que implicarão prosperidade do reino. Os fisiocratas, e Quesnay em particular, possivelmente tinham consciência da delicadeza dessa situação. Num certo sentido, sua obra pretendia estabelecer uma espécie de código de conduta econômica, para a classe de proprietários, de sorte a produzir o melhor resultado econômico possível, o que de resto, interessaria à todos.

O início do processo de circulação do produto se dá com as despesas dos proprietários, que compram 1 bilhão de produtos agrícolas e 1 bilhão de manufaturas. O bilhão que a classe estéril recebe dos proprietários é destinado à compra de produtos da agricultura necessários à subsistência de seus integrantes. Os agricultores, destinam esse bilhão para compras de produtos manufaturados à classe estéril, que, por sua vez, usa-o para adquirir matérias primas agrícolas para transformar em suas manufaturas. No final do processo a classe produtiva recebeu de volta os 2 bilhões que havia transferido para os proprietários, e vendeu 3 bilhões em mercadorias: 1 bilhão em alimentos para os proprietários; 1 bilhão em alimentos e 1 bilhão em matérias-primas para os artesãos.

Nesse ponto fica um pouco mais difícil entender a argumentação de QUESNAY (1758:260). Reproduzindo suas palavras: *Dos 5 bilhões da reprodução total, os proprietários da renda e a classe estéril compraram 3 bilhões para seu consumo; restam ainda à classe produtiva 2 bilhões em produtos. Por outro lado, essa classe comprou 1 bilhão em obras à classe estéril, o que lhe proporciona um fundo anual de 3 bilhões, consumidos pelos diversos agentes ocupados nos diferentes trabalhos dessa classe, pagos pelos adiantamentos anuais ou do cultivo, e nas diversas reposições diárias do fundo de implantação, pagas pelos juros, dos quais falaremos depois* (destaque original). Ora, se a reprodução total é de 5 bilhões, os agricultores ficaram com 2 e venderam 3 bilhões, de onde surgiu esse bilhão adicional para compor um fundo de 3 bilhões.

Essa dúvida não é nova. NAPOLEONI (1978:30), sintomaticamente, ao apresentar sua versão do Quadro Econômico, parte de uma cifra de 6 trilhões<sup>15</sup>: *A produção agrícola (por exemplo, 6 trilhões de unidades monetárias) acha-se composta por alimentos (no valor de 3 trilhões) e por matérias primas, (no valor dos restantes 3 trilhões).* NAPOLEONI(1978:30), ainda, reforça essa interpretação ao dizer, logo em seguida, que: *Suponhamos também que esta produção foi obtida através do emprego de 3 trilhões de "avances annuelles", ou capital anual em exercício (2 trilhões para a subsistência dos trabalhadores – por sua vez compostas de 1 trilhão de alimentos e 1 trilhão de manufaturas – e 1 trilhão de matérias-primas), e através da utilização de 10 trilhões de "avances primitivos", ou capital fixo, ao qual corresponde, a 10% um "juro" anual de 1 trilhão, ao qual correspondem bens produzidos pela agricultura e destinados, como há pouco se afirmou, à renovação e manutenção do capital fixo e à constituição de um fundo contra os riscos.* QUESNAY(1758:257), logo no início de seu trabalho deixa claro a existência dessa quantia, ao se referir à classe dos proprietários, que *subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou da reprodução que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração (grifo meu).* Mais adiante, dedica alguns parágrafos para argumentar a favor da necessidade dos juros, referindo-se, desde logo, ao desgaste do fundo das riquezas de exploração, *constituído pelos adiantamentos primitivos...* QUESNAY(1758:260). Possivelmente essa inconsistência na apresentação dos fluxos da renda se deva ao fato de que os fisiocratas não consideravam os juros como uma renda, no atual sentido macroeconômico do termo, não devendo portanto entrar no cômputo do produto. De qualquer forma, as principais contribuições dos fisiocratas para a evolução da teoria econômica não ficam prejudicadas pelo fato de que uma leitura atual do Quadro Econômica apresente algumas inconsistências.

Tentando melhorar a apresentação de suas idéias, e certamente ampliar seu poder de convencimento, QUESNAY (1758:262), acrescentou numa das inúmeras versões de seu texto

o famoso diagrama que representa a F6rmula do Quadro Econ6mico, reproduzindo os fluxos de mercadorias entre as classes sociais:

Quadro 2. - F6rmula do Quadro Econ6mico

Reprodu76o total: 6 bilh6es			
	Adiantamentos anuais da classe produtiva	Renda para os propriet6rios das terras, o soberanos e os dizimelros	Adiantamentos da classe est6ril
	2 bilh6es	2 bilh6es	1 bilh6o
Somas que servem para pagar a renda e os juros dos adiantamentos primitivos	1 bilh6o		1 bilh6o
	1 bilh6o		
	1 bilh6o		1 bilh6o
Despesas dos adiantamentos anuais	2 bilh6es	Total .....	2 bilh6es
Total	5 bilh6es		dos quais a metade 6 retida por essa classe para os adiantamentos do ano seguinte

Fonte: QUESNAY (1983:262)

Coerentemente com a proposta fisicocrata de contribuir para a prosperidade do reino, no final do Quadro Econ6mico encontram-se sete *Observa76es Importantes* - o segmento assumidamente normativo da obra, que compreende recomenda76es, sobretudo 6 classe propriet6ria, de como deve ser gasta sua renda objetivando sempre o desenvolvimento da agricultura e, por consequ7encia de toda a economia.

Na primeira observa76o Quesnay se preocupa com a volta do dinheiro para a classe produtiva, para que a agricultura possa prosperar. Distingue os gastos dos propriet6rios em produtos agr6colas e em manufaturas, argumentando que os primeiros certamente s6o mais 6teis 6 reprodu76o anual. Apesar de contr6rio 6 doutrina mercantilista, aqui ele se preocupa com as compras que os artes6es fazem de mat6rias-primas no exterior, que diminuiriam a retorno 6 classe produtiva, pois, nesse caso, do resultado da atividade manufatureira basicamente apenas o que 6 pago em sal6rios, que em grande parte 6 consumido em alimentos, voltar6 para a classe produtiva. Na observa76o Quesnay critica as despesas de consumo, vistas como *est6reis* quando n6o s6o destinadas 6 reprodu76o. Reconhece que a maioria das despesas da classe propriet6ria 6 *est6ril*, com exce76o das *de conserva76o e melhoria de seus bens e amplia76o do cultivo*. QUESNAY (1758:264).

Um *insight* de desenvolvimento econ6mico 6 a ess7encia da terceira observa76o, que chama a aten76o dos propriet6rios para o fato de que, enquanto o reino n6o atingisse a prosperidade, decorrente do maior grau poss6vel de desenvolvimento agr6cola, situa76o na qual a renda da classe propriet6ria atingiria o m6ximo, as despesas sup6rfluas, vale dizer, de produtos manufaturados comprados 6 classe est6ril, seriam prejudiciais ao Estado e 6 na76o. Complementando a terceira observa76o, faz notar que a verdadeira for7a de um reino est6 na prosperidade da na76o. Em outras palavras, procura convencer seus pares que o investimento 6 prefer6vel ao consumo, no seu pr6prio interesse. A quarta observa76o refor7a a terceira no sentido de que alerta para a necessidade de que as despesas feitas com a classe produtiva n6o

sofram qualquer tipo de constrangimento ou redução, pois, ao fim e ao cabo, é com o produto de suas vendas que os agricultores pagam a renda dos proprietários.

Uma defesa do livre comércio é o objeto da quinta observação, que recomenda que sobre as transações internacionais não recaiam nada além do que os inevitáveis custos de transporte, pois: *é pela comunicação que estabelece entre as nações que se pode assegurar constantemente no comércio interno o melhor preço possível dos produtos do território e a maior renda possível para o soberano e para a Nação* (QUESNAY, 1758:266).

A preocupação com preços agrícolas vantajosos se mantem na sexta observação. Coerente com o seu conceito de *reprodução*, que consiste em: *à sua quantidade e aos preços de suas vendas em primeira mão* (QUESNAY, 1758:267), e à incapacidade das outras atividades de gerarem um excedente, critica o papel dos comerciantes, que procuram, na sua opinião, comprar ao menor preço para vender ao maior, aviltando assim a receita dos produtores rurais, e por via de consequência, a renda do Estado e dos proprietários. Na última observação Quesnay discute a relação entre a moeda em circulação em um reino e a sua *reprodução*, que atualmente seria o equivalente a estabelecer a distinção entre renda real e renda nominal. A todo momento é lembrada a importância da produção agrícola como referência para avaliar a riqueza de uma nação.

### 3. O Quadro Econômico numa matriz de relações intersetoriais

Há diferenças teóricas e metodológicas cruciais entre as concepções dos atualmente chamados agregados macroeconômicos entre os clássicos e os neoclássicos, que impedem que se possa expressar com inteireza os fluxos do Quadro Econômico numa matriz de insumo produto do tipo Leontief. Todavia, a partir de algumas *licenças*, e alguma discussão dos conceitos essenciais de cada abordagem é possível mostrar a genial percepção dos fisiocratas, em especial Quesnay, das relações econômicas entre as classes de uma nação, e da formação do produto.

Talvez seja conveniente começar com alguns comentários a respeito do excedente, um conceito caro aos economistas clássicos. O excedente, consumo necessário ou salário de "subsistência" é igual à quantidade de mercadorias necessárias para "assegurar a reprodução dos trabalhadores e a repetição do processo social de produção"<sup>16</sup>. Quesnay e seus companheiros tiveram o mérito de intuir que numa economia já com algum grau de sofisticação, como a que conheciam, a produção não se esgotava no provimento da subsistência dos trabalhadores, mas, ao contrário, era gerado um *produit net* que era apropriado pelos proprietários sob a forma de renda e, a partir de seus "bons" gastos punham em movimento o sistema econômico. Certamente faltou aos fisiocratas uma teoria do valor mais abrangente, como a desenvolvida por Smith, Ricardo e Marx, que atribuisse ao trabalho em geral, e não apenas aquele exercido na agricultura, a propriedade de gerar riqueza. Em outras palavras, enquanto os pensadores posteriores identificavam numa classe, os trabalhadores, independentemente do setor em que exercessem suas atividades, a origem do valor, os fisiocratas se fixaram nas forças da natureza, ou da terra, que se manifestavam através da produção agrícola. Ao perceberem que a produto das terras era mais do que suficiente para alimentar todos os que nelas trabalhavam, servos, meeiros e arrendatários, julgaram, não sem alguma dose de interesse pessoal, haver descoberto a fonte das riquezas de uma nação.

Segundo os valores apresentados no Quadro Econômico, a reprodução anual seria de 5 bilhões, uma primeira aproximação de um agregado macroeconômico, constituída de produtos agrícolas. Para a produção desses 5 bilhões a classe produtiva realizou um adiantamento anual de 2 bilhões, em salários, matérias primas agrícolas, etc., e compra 1 bilhão em "obras" à classe estéril. Restam, então, 2 bilhões, que se constituem na renda dos proprietários. Esses 2 bilhões são o excedente na versão fisiocrata.

A concepção contemporânea de renda, que remonta à Teoria Geral, de Keynes<sup>17</sup>, distingue claramente o consumo final do consumo intermediário, para evitar os famosos problemas de dupla contagem. Assim, cada setor contribui para o produto da economia num

montante equivalente à sua produção total menos o que foi adquirido dos outros setores, e transformado no processo produtivo. Alternativamente, a produção de um sistema econômico pode ser avaliada sob a ótica do valor adicionado, que computa o acréscimo ao valor das matérias primas, ou o consumo intermediário, até chegar ao valor do bem final, devido à aplicação dos fatores de produção, capital e trabalho. Esse valor adicionado, portanto, corresponderia à soma das remunerações dos fatores de produção: salários, lucros, juros e aluguel.

Desde logo fica claro que a noção de excedente, como visto pelos clássicos, é estranha à formulação neoclássica. Não poderia ser diferente. Um dos pontos cruciais da chamada revolução marginalistas foi mudar o enfoque das relações econômicas entre as classes sociais para os agentes econômicos – consumidores e firmas. É através da associação entre esses atores, que podem desempenhar simultaneamente os dois papéis, que é obtido o produto da economia.

PHILLIPS (1955), interpretou o Quadro como um sistema de Leontief estático e fechado, buscando esclarecer melhor o sentido e a interdependência entre os fluxos (linhas pontilhadas) da Fórmula do Quadro Econômico, não raro incompreendidas. Assumiu, por necessidade analítica, que a renda que os proprietários recebem dos agricultores são a remuneração da “*produce two milliards of rental services, all of which is sold to farmers.*”<sup>18</sup> Essa interpretação torna os gastos dos agricultores com a pagamento da renda um consumo intermediário. O esquema de PHILLIPS (1955) é assim representado<sup>19</sup>:

### Quadro 3 . - Matriz de transações do Quadro Econômico

(em milhões)

Indústrias produtoras	Indústrias compradoras			Produção Total
	I - Agricultores	II Proprietários	III Artesãos	
I - Agricultores	2	1	2	5
II - Proprietários	2	0	0	2
III - Artesãos	1	1	0	2
Compras totais	5	2	2	9

Fonte: PHILLIPS (1955)

Essa forma de apresentação sintetiza os fluxos entre as diferentes classes de forma bastante clara, “fechando” todas as transações, realçando a consistência do esquema fisiocrata, mas não explica porque a produção total, encontrada pelo autor, é de 9 bilhões enquanto Quesnay usa 5 bilhões. Claramente, quem está habituado com os esquemas de insumo-produto já notou que aqui há um problema de dupla, ou múltipla contagem. Phillips certamente sabe disso. Apenas a preocupação de seu artigo é outra, que não expressar o processo através do qual a produção dessa economia atinge 5 bilhões por período.



Aproveitando a interpretação dos 2 bilhões da renda fundiária como pagamento dos serviços fundiários, liberdade que, segundo KUNTZ (1982), possivelmente seria aceita por Quesnay, é possível uma análise alternativa da fórmula do Quadro Econômico, também a partir de uma matriz de relações intersetoriais, mas agora explicitando o processo de adição de valor ao consumo intermediário.

Supondo o início de um período de produção, a classe produtiva inicia o processo com 1 bilhão que compraria dela mesma, e 2 bilhões que correspondem à "compra", aos proprietários, dos serviços produtivos da terra. A classe estéril, que também produz, adquire 1 bilhão em matérias primas à classe produtiva. Dentro dessa interpretação, o consumo intermediário se restringe a essas transações.

Lembrando que os agricultores retiveram 2 bilhões de sua própria produção, considere-se que 1 bilhão corresponde à alimentação dos trabalhadores e arrendatários (o outro bilhão são as matérias-primas agrícolas), e compraram 1 bilhão em manufaturas, pode-se considerar esses 2 bilhões que são consumidos pelos integrantes da classe produtiva como sendo "salários" (NAPOLEONI, 1978:30). Dessa forma, no decorrer do processo produtivo, a agricultura adiciona valor às "matérias primas" no valor de 2 bilhões. Note-se que Quesnay, por um lado, não faz referência aos lucros da exploração das atividades agrícolas, que seriam a remuneração dos arrendatários, mas se estende consideravelmente sobre os juros dos adiantamentos primitivos, que *eram cerca de cinco vezes maiores que os adiantamentos anuais; na hipótese atual em que os adiantamentos anuais são de 2 bilhões, os adiantamentos primitivos são, portanto, de 10 bilhões e os juros anuais, de 1 bilhão ...*, QUESNAY, 1758:260). Sua função seria repor o desgaste dos adiantamentos primitivos e formar uma espécie de fundo contra as incertezas que envolvem a produção agrícola. Coerentemente com o esquema matricial das relações intersetoriais, esses *juros* podem ser considerados, do lado da demanda final, como investimentos.

A classe proprietária, que nada produz, apenas recebe a renda no valor de 2 bilhões, contribui com essa soma para o valor adicionado. Já a classe estéril, ao comprar 1 bilhão de produtos agrícolas para alimentar seus integrantes - salários - adiciona esse bilhão ao processo produtivo. KUNTZ (1982) observou que os indivíduos que compõe a classe manufatureira, a partir das informações de Quesnay, não consomem nenhuma parte de seu próprio produto nem trabalham com capital fixo. Apesar do estranhamento causado, já que não é sensato supor que os cidadãos que trabalham com as manufaturas deixem de consumir uma parte de seu produto, e não disponham e nem reponham seus instrumentos de trabalho, os intérpretes do Quadro ainda não produziram uma explicação satisfatória para isso.

**Quadro 4. - O Quadro Econômico numa matriz de relações intersetoriais**

Classes	Produtiva	Proprietária	Estéril	Total das vendas intermediárias	Consumo	Investimento	Total	Valor Bruto da Produção
I - Produtiva	1	-	1	2	3	1	4	6
II - Proprietária	2	-	-	2	-	-	-	2
III - Estéril	-	-	-	-	2	-	2	2
<b>Total de insumos</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>4</b>				
Salários	2	-	1					
Juros	1	-	-					
Renda		2	-					
<b>Valor adicionado</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>					
<b>Valor bruto da produção</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>					<b>10</b>

A redefinição das transações em termos neoclássicos implica também alterações de natureza analítica e de resultados. Desde logo percebe-se no quadro que não há mais classe improdutiva, no sentido fisiocrata. Todas contribuem com o valor adicionado, seja sob a forma de salários (agricultores e artesãos), juros (agricultura) ou renda fundiária (proprietários). O montante do valor adicionado, que corresponde à renda, ou produto, é de 6 bilhões, e também não se referem apenas à produção agrícola. Essa atividade, sob a nova ótica, produz 3 bilhões (6 bilhões do valor bruto da produção menos 3 bilhões de consumo intermediário). Os proprietários *produzem* a fertilidade do solo, e por isso recebem 2 bilhões em renda, que corresponde ao seu valor adicionado. A classe estéril, por sua vez, agrega 1 bilhão em valor, sob a forma de salários, ou, visto de outra forma, produz 1 bilhão em manufaturas. Resumindo, o valor bruto da produção de toda a economia é de 10 bilhões, o consumo intermediário de 4 bilhões, e portanto, o produto é de 6 bilhões. A renda, tautologicamente do mesmo valor, é composta de salários (3 bilhões), juros (1 bilhão) e renda fundiária (2 bilhões).

#### 4. Considerações finais

Os fisiocratas deixaram para o pensamento econômico um legado de idéias e princípios aparentemente bem maior do que suas contribuições à teoria econômica, no sentido schumpeteriano do termo. Não causa surpresa que sejam frequentemente citados, ao sabor das conveniências. Os liberais, ou neo-liberais como são chamados agora, gostam de lembrar a sua vigorosa reação ao colbertismo, versão francesa do mercantilismo, pregando o livre comércio e uma tributação simplificada, eficiente e pouco onerosa, que assumia a forma de um imposto único. Os que se identificam com determinados métodos de análise, referem-se com frequência ao conceito de excedente, indubitavelmente uma idéia fisiocrata, pedra angular da economia política. Os fascinados pelo equilíbrio geral vêm no *Quadro econômico* um ilustre precursor dos modelos de corte walrasiano. Os desenvolvimentistas com inclinação agrária, então, enxergam com clareza no desenvolvimento da agricultura a chave para a superação dos grandes problemas econômicos e sociais. Certamente a retórica, no sentido que lhe é atribuído

por McCLOSKEY (1983) é uma poderosa ferramenta de convencimento, e uma de suas regras, simplificada e no sentido figurado, é colocar-se em boa companhia, no momento da argumentação<sup>20</sup>. Os fisiocratas, pelo jeito, são cobichados companheiros.

A fragilidade formal das proposições dos fisiocratas decorre da inexistência de uma teoria do valor, etapa fundamental na construção de qualquer teoria econômica. Não se pode negar que foram hábeis em contornar esse problema, raciocionando em termos físicos, e usando os preços no processo de agregação. Mas esta é justamente a razão pela qual, ao atribuir apenas ao trabalho executado na agricultura a capacidade de criar um excedente, não perceberam que todas as atividades produtivas, quer realizadas no campo, no meio urbano – e mesmo os serviços públicos – criam riqueza, sob qualquer ponto de vista.

Entretanto, não se pode deixar de reconhecer o poderoso esforço de abstração contido no *Quadro econômico*, que permitiu visualizar a produção como um fluxo circular que integra todas as classes sociais, enfocadas do ponto de vista de seu papel nas atividades econômicas. Mais ainda, mesmo tendo se concentrado apenas na agricultura, fica claro que a obra dos fisiocratas expressa uma grande preocupação com os elementos essenciais do que mais tarde ficou conhecido como o processo de acumulação de uma economia capitalista: o excedente como pré-condição da reprodução ampliada, a importância decisiva das mudanças tecnológicas para o crescimento do excedente, e as implicações da qualidade dos gastos, que desde logo deveriam em boa medida ser absorvidos pelos adiantamentos, hoje conhecidos por investimento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA, Pérsio. (1991) "A história do pensamento econômico como teoria e retórica". In: REGO, José M. (org.) *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo, Bional, 1991. p. 1-41.
- BEAUD, Michel (1981). *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. Primeira edição em francês, 1981.
- BLAUG, Mark (1962). *Teoria econômica em retrospecto*. México, Fondo de Cultura Económica, 1985. Primeira edição em inglês, 1962.
- \_\_\_\_\_. (1987). "Classical economics". In: EATWELL, John, MILGATE, Murray & NEWMAN, Peter, (1987) eds. *The New Palgrave: a dictionary of economics*. London and Basingstoke, The MacMillan Press Limited, 1987.
- CAMPOS, Roberto (1983) "Apresentação" In: QUESNAY, François (1758). *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Os economistas).
- DUMONT, Louis (1977). *From Mandeville to Marx: the genesis and the triumph of economic ideology*. Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- GALBRAITH John K. (1987) *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. São Paulo, Pioneira-Editora da Universidade de São Paulo, 1989. Primeira edição em inglês, 1987.
- GAREGNANI, Pierangelo (1987). "Surplus approach to value and distribution". In: EATWELL, John, MILGATE, Murray & NEWMAN, Peter, (1987) eds. *The New Palgrave: a dictionary of economics*. London and Basingstoke, The MacMillan Press Limited, 1987.
- KEYNES, John M. (1936). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Os economistas). Primeira edição em inglês, 1936.
- KUNTZ, Rolf N. (1982) *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl (1867) *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os economistas). Primeira edição em alemão, 1867.
- \_\_\_\_\_. (1905-10) *História crítica da teoria da plusvalia*. Buenos Aires, Ediciones Brumario, 1974. Primeira edição em alemão, 1905-10.

- McCLOSKEY, D. N. (1983). "The rethoric of economics". *Journal of Economic Literature*, vol. XXI.
- NAPOLEONI, Cláudio. (1978) *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. (Biblioteca de economia, v. 4)
- PHILLIPS, Almarin (1955). "The Tableau Économique as a simple Leontief Model". *Quarterly Journal of Economics*, February 1955, p. 137-144.
- QUESNAY, Francois. (1758) *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os economistas). Primeira edição em francês, 1958.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1954) *Historia del analisis economico I*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984. Primeira edição em inglês, 1954.
- SIMONSEN, Mário H. & CYSNE, Rubens P. (1995) *Macroeconomia*. São Paulo, Atlas, 1995. 2a. edição.
- SMITH, Adam (1776). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os economistas) Primeira edição em inglês, 1776.
- YAN, Chiou-Shuang. (1975) *Introdução à economia do insumo-produto*. São Paulo, DIFEL/FORUM, 1975.

<sup>1</sup> Parte do projeto *Metamorfoses da agricultura na ciência econômica: da questão agrária à economia agrícola*. O autor agradece os comentários de um parecerista anônimo.

<sup>2</sup> Do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUCSP.

<sup>3</sup> GALBRAITH (1987:44) observa que o termo economista só seria adotado universalmente com o sentido que todos conhecem a partir do final do século XIX.

<sup>4</sup> Do grego *phýsis* = natureza; *krátos* = poder.

<sup>5</sup> NAPOLEONI (1978) informa que o O Quadro econômico foi editado três vezes em 1758 e 1759. Em 1763 e 1766 foi reeditado com ampliações e melhorias, visando seu melhor entendimento.

<sup>6</sup> Versão francesa e sistemática do mercantilismo, praticada por Jean-Baptiste Colbert (1619-83), influente ministro de Estado e intendente das finanças de Luís XIV.

<sup>7</sup> História crítica de la teoria de la plusvalia.

<sup>8</sup> No Quadro Econômico Quesnay se refere a três tipos de adiantamentos: adiantamentos primitivos, adiantamentos dos proprietários e adiantamentos anuais.

<sup>9</sup> SMITH (1776).

<sup>10</sup> William Petty publicou o *Tratado sobre impostos e contribuições*, que consideram sua obra mais importante, em 1662, enquanto que os *Princípios de economia política e tributação*, de David Ricardo, surgiu em 1817.

<sup>11</sup> Arthur Cecil Pigou escreveu suas principais obras entre 1912 e 1945. O trabalho de Pigou a que Keynes se refere na sua *Teoria geral é Theory of employment*, de 1933.

<sup>12</sup> Um arpent é igual a 4.220 m<sup>2</sup>.

<sup>13</sup> NAPOLEONI (1978:25) destaca que para os fisiocratas, a tarefa histórica do capitalismo consiste numa ampliação, por ele tornada possível, do excedente; ... mas é porque o excedente somente existe na agricultura que o capitalismo, como meio para a ampliação do excedente, faz sentido exclusivamente dentro do âmbito da atividade agrícola. Ademais, esse não era em absoluto um retrato da França. A agricultura capitalista, segundo o próprio autor, ocupava apenas 1/6 da área cultivada.

<sup>14</sup> Turgot, possivelmente sensível ao mal-estar provocado, posteriormente substituiu-a por *classe estipendiária*.

<sup>15</sup> Por alguma razão, NAPOLEONI (1978) emprega trilhão como unidade, diferentemente de Quesnay e seus comentadores, que trabalham com bilhão.

<sup>16</sup> GAREGNANI (1987:561). Note-se que nenhum autor do porte de Ricardo ou Marx considerava a subsistência sob seu aspecto puramente biológico – antes, enfatizavam as condições históricas.

<sup>17</sup> Ver KEYNES (1936), capítulo 6. Um tratamento bastante prático dos conceitos de renda e de produto, bem como da metodologia da contabilidade social é encontrado em SIMONSEN & CYSNE (1995), capítulo 3. Em YAN (1975) estão apresentados os principais conceitos e aplicações dos métodos de insumo-produto.

<sup>18</sup> PHILLIPS (1955:141), destaque no original.

<sup>19</sup> BLAUG. (1962:55) apresenta um quadro idêntico ao examinar os fisiocratas..

<sup>20</sup> A esse respeito ver ARIDA (1991).

## RESUMO:

---

O trabalho apresenta alguns aspectos das contribuições dos fisiocratas à evolução do pensamento econômico, em especial no que se refere à economia agrícola. O *Tableau Economic* de François Quesnay é examinado de modo a ser apresentado de acordo com o atual esquema de contas nacionais. O artigo conclui que, não obstante a ingenuidade de algumas proposições fisiocráticas, devidas, sobretudo, à ausência de uma teoria do valor, o *Tableau Economic* pode ser visto como precursor das teorias de equilíbrio geral e de esquemas de insumo-produto.

#### ABSTRACT

The paper discuss some aspects of the contribution of the physiocratic school in the evolution of the economic thought related to agricultural economics. François Quesnay's *Tableau Economic* is analysed in order to be understandable in modern national account terms. Nevertheless the ingenuity of some statements, mostly due the absence of a theory of value, the main work of the physiocratics may be seen as the beginning of general equilibrium theories as well input-output systems.